



Mineração Minas Bahia S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Índice

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11
Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira	24

Relatório da administração

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contexto operacional

A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a Companhia está em fase de pesquisa, realizando estudos e sondagens de recursos minerais, e vem despendendo seus recursos em pesquisa, sondagem, avaliação econômica do projeto de exploração de recursos minerais, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

As áreas onde a Companhia possui suas reservas de minério de ferro estão localizadas na região norte do Estado de Minas Gerais (próxima à divisa com o Estado da Bahia), no Município de Grão Mogol, onde está sendo instalada a base para suas operações.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 218.100 (2022, R\$ 217.157) e apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.295 (2022, negativo R\$ 233). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. ("BM BV"), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 296.866 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) de ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 297.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamentos críticos pela administração da Companhia.

Responsabilidade da administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados.

Tiago Eloi dos Santos
Presidente

Veronica Dittebrandt
Procuradora

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
Mineração Minas Bahia S.A.
Salvador - Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Minas Bahia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - incertezas envolvendo as atividades exploratórias da Companhia

Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia despendeu montantes significativos relacionados aos ativos fixos, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerárias pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Os planos da administração em relação às suas atividades operacionais estão descritos na nota explicativa 3(a). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balço patrimonial
31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	71	829
Despesas antecipadas		36	-
Tributos a recuperar	7	28	75
Outros ativos		7	5
		142	909
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundos restritos	6	-	863
Tributos a recuperar	7	480	368
		480	1.231
Imobilizado	8	2.327	2.451
		2.327	2.451
Total do ativo		2.949	4.591
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		482	446
Partes relacionadas	9	809	628
Obrigações fiscais e sociais		93	61
Outros passivos		53	7
		1.437	1.142
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	9	138.914	160.206
Provisão para riscos trabalhistas	10	435	386
Recuperação ambiental	11	1.993	1.908
		141.342	162.500
Total do passivo		142.779	163.642
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	12 (a)	297	297
Contribuição ao capital	12 (b)	77.973	57.809
Prejuízos acumulados		(218.100)	(217.157)
		(139.830)	(159.051)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		2.949	4.591

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	13	(1.987)	(2.173)
Outras despesas, líquidas	14	(134)	(2.875)
Resultado operacional		(2.121)	(5.048)
Receitas financeiras		11.958	22.593
Despesas financeiras		(10.780)	(11.141)
Resultado financeiro	15	1.178	11.452
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(943)	6.404
Tributos sobre o lucro		-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(943)	6.404

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(943)	6.404
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(943)	6.404

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Contribuição ao capital acumulada	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	297	57.809	(223.561)	(165.455)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.404	6.404
Em 31 de dezembro de 2022	297	57.809	(217.157)	(159.051)
Contribuição ao capital	-	20.164	-	20.164
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(943)	(943)
Em 31 de dezembro de 2023	297	77.973	(218.100)	(139.830)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(943)	6.404
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício			
Depreciação	13	124	127
Provisões	14	134	1.332
Perdas na baixa de ativo intangível	14	-	1.543
Atualização de valor justo	15	-	(11.313)
Juros e variação cambial	15	(1.089)	129
Variações no capital circulante			
Despesas antecipadas		(36)	-
Tributos a recuperar		(65)	(51)
Fundos restritos	6	863	(127)
Fornecedores		36	355
Partes relacionadas	9	142	235
Obrigações fiscais e sociais		32	61
Outros ativos e passivos		44	(7)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(758)	(1.312)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(758)	(1.312)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		829	2.141
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		71	829

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

1. Contexto operacional

A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de abril de 2024.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) Alterações ao IFRS 16 / CPC 06: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento)

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 *Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)*

(b) Alterações ao IAS 1 / CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Alteração ao IAS 7 / CPC 23 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 **Conversão em moeda estrangeira**

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mesurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

(c) Impairment de ativos financeiros

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo CPC 48 / IFRS 9:

- Caixa e equivalente de caixa.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são despesas pagas antecipadamente por bens ou serviços que serão consumidos e/ou utilizados em períodos futuros. No momento inicial, as despesas antecipadas são reconhecidas no ativo, pois representam benefícios econômicos futuros para Companhia.

Subsequentemente, as despesas antecipadas são reconhecidas no resultado da Companhia ao longo do período, à medida que o benefício associado é consumido e/ou utilizado, buscando assim reconhecer as despesas, subsequentemente, aos períodos em que são incorridas e aos benefícios que geram.

2.7 Fundos restritos

Refere-se a contratos de garantia financeira cujos termos que requerem pagamento para fins de reembolso do segurado por perdas por ele incorridas quando a Companhia deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento da dívida. Durante o período contratado, os valores em questão permanecem indisponíveis. Fundos restritos são aplicações financeiras inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente pelo custo amortizado.

2.8 Tributos a recuperar

Os impostos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.9 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações são demonstrados pelo custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos;
- Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 Impairment de ativos não financeiros (continuação)

No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica da Companhia, sendo os fluxos de caixa são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

Entidades que reconhecem ativos de exploração mineral são requeridas a realizar análises de recuperação desses ativos quando eventos específicos ou circunstâncias indicam a necessidade de uma avaliação de *impairment*. Considerando que os direitos minerários da Companhia estão em fase de exploração, foi avaliado a possível deterioração desses ativos com base nas diretrizes do IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Durante essa análise, nenhum sinal de comprometimento foi identificado.

2.11 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir:

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, para liquidação dos gastos referentes as despesas de exploração, pesquisa, sondagem e administrativas, não prevê a incidência de juros. Com isso, os ajustes a valor justo adotados são realizados como intuito de refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi a cotação do dólar de fechamento. Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2023	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
Empréstimos com partes relacionadas (passivo)	30.653	4,8413	148.402	185.503	222.603
Impacto no resultado do período (despesa)			-	(37.101)	(74.201)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a contas a receber de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos.

		2023	2022
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	71	829
Fundos restritos	Ao custo amortizado	-	863
		71	1.692
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	482	446
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	809	628
Empréstimos com partes relacionadas	Ao custo amortizado	138.914	160.206
		140.205	161.280

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	71	13
Aplicações financeiras de curto prazo	-	816
	71	829

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

6. Fundos restritos

Por determinação judicial, em um processo litigioso com a South American Mineração Ltda., foi contratada uma garantia financeira (fiança) como forma de instrumento de ação cautelar de sustação de protesto. No entanto, em 2023, houve uma decisão judicial favorável à Companhia para a descontinuidade da manutenção da referida fiança, exercendo o direito de converter a fiança, anteriormente constituída, em caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas as demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Tributos a recuperar**

	2023	2022
IRRF ¹ sobre aplicações financeiras	480	442
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo	28	-
	508	442
(-) Circulante	(28)	(75)
Não circulante	480	368

8. Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	5.574	960	291	495	7.320
Em 31 de dezembro de 2022	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2022	(3.247)	(766)	(234)	(495)	(4.742)
Depreciação	(69)	(43)	(15)	-	(127)
Em 31 de dezembro de 2022	(3.316)	(809)	(249)	(495)	(4.869)
Saldo contábil					
Custo total	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada	(3.316)	(809)	(249)	(495)	(4.869)
Em 31 de dezembro de 2022	2.258	151	42	-	2.451
Custo					
Em 1º de janeiro de 2023	5.574	960	291	495	7.320
Em 31 de dezembro de 2023	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2023	(3.316)	(809)	(249)	(495)	(4.869)
Depreciação	(69)	(41)	(14)	-	(124)
Em 31 de dezembro de 2023	(3.385)	(850)	(263)	(495)	(4.993)
Saldo contábil					
Custo total	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada	(3.385)	(850)	(263)	(495)	(4.993)
Em 31 de dezembro de 2023	2.189	110	28	-	2.327

¹ Imposto de Renda Retido na Fonte.² Programa de Integração Social.³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

9. Empréstimos com partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem a seguinte composição:

	2023		2022	
	Passivo circulante	Resultado financeiro	Passivo circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (i)	809	(40)	628	33
	Passivo não circulante	Resultado financeiro	Passivo não circulante	Resultado financeiro
Bahia Minerals B.V. (ii)	138.668	1.129	159.941	11.238
Bahia Mineração S.A. (ii)	246	-	265	(87)
	138.914	1.129	160.206	11.151
Saldo em 31 de dezembro	139.723	1.089	160.834	11.184

(i) Contrato de rateio de gastos administrativos

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com a Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”). O contrato de *cost sharing* possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

(ii) Contratos de mútuo e empréstimos

O contrato de mútuo, entre a Companhia e a BAMIN tem uma taxa de desconto de 9,5% (2022, 10,25%), onde os custos foram de R\$ 61 (2022, R\$ 54), assim como, têm estimativa de pagamento para o ano 2029 e ajuste de valor justo no montante de R\$ 41 (2022, R\$ 117).

O contrato de empréstimo sob o formato de *Profit Participating Loans* (nota 2.12), com a Bahia Minerals B.V., tem uma taxa de desconto de 7% (2022, 7%), onde os ganhos com variação cambial foram de R\$ 11.863 (2022, R\$ 11.009), custos de R\$ 10.173 (2022, R\$ 11.084), contribuição ao capital de R\$ 20.164 (2022, R\$ 0), assim como, têm estimativa de pagamento para o ano 2029.

(b) Transações e movimentações

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	160.834	171.783
Rateio de despesas administrativas	142	235
Juros e variação cambial, líquidos	(1.089)	129
Contribuição ao capital	(20.164)	-
Atualização de valor justo	-	(11.313)
Saldo inicial em 31 de dezembro	139.723	160.834

10. Provisões para riscos trabalhistas

	2023	2022
Trabalhistas	435	386

A Companhia possui provisões referentes a verbas trabalhistas não calculadas pela Companhia KVN South América Mineração, onde a Companhia responde solidariamente, avaliados pelos consultores jurídicos como sendo de risco provável.

11. Recuperação ambiental

	2023	2022
Recuperação ambiental	1.993	1.908

A Companhia reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas até a presente data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O montante de R\$ 1.993 (2022, R\$ 1.908) provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

12. Patrimônio líquido negativo

(a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 296.866 ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas em 296.865 ações pertencentes a Bahia Minerals B.V. e 1 ação pertencente a Bahia Mineração S.A.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital foram de R\$ 77.973 (2022, R\$ 57.809), reconhecidas no patrimônio líquido da Companhia e mensuradas como a diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante de recursos recebidos sob os contratos de PPL.

De acordo com o CPC 32 / IAS 12, o tributo diferido não é reconhecido sobre contribuição ao capital, uma vez que a contribuição ao capital não gera diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos saldos patrimoniais. A contribuição de capital não está sujeita a tributação no Brasil.

13. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Consultorias, acessórias e serviços gerais	1.392	1.425
Aluguéis e locações	249	334
Depreciações e amortizações	124	127
Pessoal	99	176
Seguros, <i>facilities and utilities</i>	30	44
Tributos	8	-
Viagens, estadias e eventos corporativos	6	1
Outros	79	66
	1.987	2.173

14. Outras despesas, líquidas

	2023	2022
Provisões para recuperação de áreas degradadas	84	1.289
Provisões para riscos trabalhistas	49	43
Perda na baixa de ativo intangível	-	1.543
Outros	1	-
	134	2.875

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	95	271
Atualização de valor justo (i)	-	11.313
Variação cambial ativa sobre empréstimos	11.842	11.009
	11.937	22.593
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(10.753)	(11.138)
Outras despesas financeiras	(6)	(3)
	(10.759)	(11.141)
	1.178	11.452

(i) As atualizações de valor justo de empréstimos são resultado de revisão do prazo estimado para o futuro pagamento dos empréstimos.



Diretoria

Tiago Eloi dos Santos
Presidente

Veronica Dittebrandt
Procuradora

Gerência Geral Financeira

Pedro Machado
Gerente Geral Financeiro

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5